

Em Rede

Rede de Autarquias Participativas | Nº 4

Outubro de 2020

V EDIÇÃO DO PRÉMIO DE BOAS PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
DE LISBOA É A PRÁTICA
VENCEDORA



A VOZ DOS JOVENS, DE
CASCAIS, RECEBEU MENÇÃO
HONROSA



FICHA TÉCNICA

TÍTULO Boletim Em Rede
NÚMERO 4
DATA Outubro de 2020
EDIÇÃO Rede de Autarquias Participativas
PRODUÇÃO Oficina

CONTACTOS

OFICINA
Estrada Senhora da Saúde, 32A,
8000-500 Faro
Portugal

rap@oficina.org.pt

EDIÇÃO DE USO DIGITAL DISPONÍVEL EM

www.portugalparticipa.pt
www.oficina.org.pt/rap.html



CONTEÚDOS

- 4 Mensagem da Presidência
- 5 Apresentação
- 6 Lisboa
- 8 Cascais
- 10 Águeda
- 12 Lagoa - Açores
- 14 Funchal
- 16 Agualva e Mira Sintra
- 18 Braga
- 20 Massamá e Monte Abraão
- 22 Mealhada
- 24 Mealhada
- 26 Ponta-Delgada
- 28 Valongo

O RECONHECIMENTO DEVIDO

Estimados membros da Rede de Autarquias Participativas,

esta edição do Boletim é especialmente dedicada ao Prémio de Boas Práticas de Participação, uma atividade impulsionada por todos nós e atualmente na quinta edição.

Saúdo os concorrentes e entre estes os vencedores. Creio, no entanto, que esta é sobretudo uma enorme oportunidade de celebração da democracia e da governação de proximidade, traço distintivo da nossa ação quotidiana.

De norte a sul, do continente às regiões autónomas, em todos os territórios onde estamos marcamos a diferença. Transformamos os desafios em oportunidades e estas em ações concretas. Tem sido assim também no que concerne à promoção da participação cidadã.

As candidaturas recebidas no âmbito das diferentes edições deste Prémio são uma montra, certamente parcial, de uma democracia de maior intensidade que temos vindo a promover e a vivenciar nos nossos territórios.

Aproveitemos, por isso, a riqueza inerente a cada prática aqui exposta. Em todas vamos encontrar particularidades e motivos para continuarmos este trabalho.

José Manuel Ribeiro

Presidente da Câmara Municipal de Valongo
Presidente da Rede de Autarquias Participativas



APRESENTAÇÃO

Este número especial do Boletim é dedicado à V edição do Prémio de Boas Práticas de Participação, referente ao ano de 2019.

Este prémio esteve aberto à apresentação de candidaturas por parte das autarquias entre janeiro e fevereiro deste ano, tendo a votação do público ocorrido durante o mês de maio. Devido às restrições impostas pela atual crise sanitária, a entrega dos prémios aos vencedores teve de ser adiada para setembro.

Neste número especial do boletim "Em Rede" encontram-se destacadas as 12 candidaturas recebidas, tendo os textos sido disponibilizados no âmbito das mesmas.

Agradecemos a vossa leitura!

Orçamento Participativo

Lisboa



A objetividade de quem observa, verifica e sente os desafios de Lisboa é essencial para identificar e propor melhorias que valorizem todos os elementos inseridos na malha urbana da cidade.

Na condução deste processo foi determinante normalizar as atividades existentes com o intuito de alcançar os objetivos definidos.

Para valorizar o processo democrático e da cidadania definiu-se que todos os cidadãos a partir dos 16 anos pudessem fazer propostas inovadoras para o município da capital do País e votar nas propostas mais ajustadas às suas necessidades. A gestão do processo teve como estratégia a conjugação de eixos chave.

Primeiro, envolver e credibilizar o processo fomentando a participação dos cidadãos alinhando as suas expectativas com as políticas da cidade. Por fim, possibilitar equilíbrio na implementação de processos vencedores considerando tanto a área territorial de Lisboa que engloba aproximadamente, 100,05 Km², como a verba de 2,5 milhões de euros atribuída para esta prática.

A operacionalização destes processos suscitou delineação de um caminho composto por diversas etapas.



No planeamento definiram-se os objetivos e estratégias possibilitando projetos vencedores que beneficiassem a cidade na execução dos mesmos. Para o efeito definiram-se dois tipos de projetos, os locais e o estruturante. Nos primeiros, elegeram-se os projetos com maior número de votos nas 5 Unidades de Intervenção territorial (UIT) que estruturam a cidade.

Esta descentralização permitiu focar os projetos numa perspetiva micro territorial, motivando um conjunto de políticas de intervenção para cada zona administrativa da Cidade, resultando em 13 projetos vencedores.

Pelo estruturante, estimulou-se uma operação macro territorial, proporcionando 6 projetos vencedores para toda a cidade. Na divulgação e promoção deste processo efetuaram-se várias atividades para esclarecer os cidadãos passando por ações de sensibilização aos temas abrangidos pelo OP e pela publicação de todos os documentos criados.

A monitorização e acompanhamento dos técnicos, políticos e cidadãos foram essenciais para cumprir com os propostos delineados.

Procurou-se que todas as tomadas de decisão fossem transparentes, rigorosas e objetivas credibilizando as práticas desenvolvidas.

Pretende-se, sobretudo, definir o futuro da cidade pelos cidadãos que vivem, visitam e usufruem dos serviços e produtos disponibilizados de forma democrática, participativa e proactiva.



Voz dos Jovens



Cascais

O projeto A VOZ DOS JOVENS já na sua VI edição nasceu do quadro da semana da educação desde o ano letivo 2016-2017 e sempre teve como fase dois fóruns por ano letivo. A "Voz dos Jovens" baseia-se na oportunidade dada aos jovens (representados pelos delegados e subdelegados de turma do concelho de Cascais) de refletirem sobre os aspetos que identificam como prioritários, dos quais resultam propostas do coletivo das escolas do município.

O projeto tem como Objetivos estratégicos:

- Fazer da escola, um local de assunção e de aprendizagem do conceito de cidadania plena e da democracia (Representativa, Participativa e Colaborativa);
- Fomentar a participação dos jovens no nosso futuro coletivo;
- Incorporar a perspetiva dos jovens nas políticas municipais;
- Aproximar a voz dos jovens aos decisores políticos.

Este projeto de características generativas foi evoluindo ao longo dos tempos e através de uma avaliação permanente, numa lógica de investigação-ação, foi fluindo em diferentes modelos. Atualmente, os alunos (DT e SDT) que participam no projeto, já têm um sentimento de pertença e identificam-no como uma iniciativa que contribuiu para o desenvolvimento de algumas competências, que de outra forma não conseguiriam adquirir.



“Cumprimos o nosso objetivo e estamos muito felizes com os resultados. As propostas que estão aqui expostas são o resultado, não só do trabalho de cerca de quatrocentos delegados e subdelegados que participaram nas sessões, mas das preocupações dos jovens de Cascais.

É por isso importante não deixar tudo aquilo que criámos cair no esquecimento. Contamos assim com a Câmara Municipal de Cascais para dar continuidade a este trabalho, ajudando-nos a implementar as propostas apresentadas.

Esperamos ainda que o grupo de trabalho formado, nomeadamente a Comissão dos Jovens, que se voluntariaram para tornar isto possível se torne parte integrante na organização, implementação e realização das próximas sessões da Voz dos Jovens e até de outros eventos a realizar pela Câmara Municipal de Cascais de forma a promover maior ligação entre os jovens e os órgãos executivos, o que é importante tanto para a própria sustentabilidade dos projetos, como para a nossa capacitação enquanto jovens cidadãos ativos.”

Ana Raimundo delegada de turma da Escola Básica e Secundária de Carcavelos.

Síntese da prática: <https://www.youtube.com/watch?v=E2SERDtUKNs>





Prática
finalista

Um Rio de Todos

Águeda

O concelho de Águeda integra territorialmente as áreas classificadas como Sítio Rede Natura 2000 Ria de Aveiro e Rio Vouga bem como Sítio Ramsar PT2089. As zonas húmidas do concelho são, assim, reconhecidas como relevantes para a conservação da natureza e o equilíbrio dos ciclos hidrológicos.

O rio Águeda é, também, presença marcante na história e cultura da cidade e do território, moldando as tradições e vincando o carácter do povo. A presença e a ocupação humana do vale do Águeda levou, contudo, a uma degradação progressiva da área envolvente do rio, patente na fragmentação e diminuição da qualidade dos habitats ribeirinhos, bem como no afastamento dos cidadãos daquele que é o seu rio.

O «LIFE ÁGUEDA um Rio de Todos» visa a reabilitação dos ecossistemas fluviais, restabelecimento do continuum fluvial e restauro dos habitats ripários, envolvendo ativamente proprietários, pescadores, universidades, autarquias locais, cidadãos, escolas, ONG, entidades públicas e privadas na reabilitação, preservação e valorização do Rio!

Assim, contando com a colaboração e a participação dos mais diversos quadrantes da sociedade, bem como mediante a implementação de diversos programas de voluntariado e ciência cidadã, este projeto multidisciplinar visa alterar os comportamentos individuais e coletivos, no que toca à preservação dos rios/ambiente.

A sustentabilidade das intervenções realizadas está ligada ao efetivo compromisso e participação da comunidade em geral, e dos cidadãos em particular.

As reuniões, em gabinete e no terreno, com proprietários e entidades, as ações públicas de divulgação, os encontros com pescadores, a par da forte componente de educação ambiental, que se traduz, entre outros, num conjunto de programas de ciência cidadã desenvolvidos com escolas do concelho e da região, bem como com grupos de cidadãos, são ferramentas de promoção para a alteração comportamental dos cidadãos, face a esta problemática, desenvolvidas e implementadas pelo projeto.

A existência e disponibilização de um equipamento elétrico adaptado permite a participação de pessoas com mobilidade reduzida nas atividades desenvolvidas, inclusive aquelas que normalmente lhes estariam vedadas por terem lugar na natureza, na envolvente do rio, num espaço exterior.

Porque o Rio é de e para todos!



Orçamento Participativo Jovem

Lagoa - Açores

O Orçamento Participativo Jovem de Lagoa – Açores assume-se como um projeto do município para os munícipes. A noção é simples: Jovens dos 12 aos 30 apresentam ideias que, sendo votadas por toda a comunidade são implementadas em benefício do concelho.

Ao longo das suas 4o Edições o OPJ tem marcado a comunidade, com as ativações de escolas, clubes, IPSS e grupos informais nas fases de divulgação e com a votação simplificada para crianças dos 8 aos 12 anos, para classe operária e centros de dia.



Garante-se assim o envolvimento de toda uma comunidade num processo de génese juvenil, a esperança de um maior envolvimento de jovens ativos no desenvolvimento da sua comunidade.

Para a concretização de tal missão, assume-se como fundamental a visibilidade externa do processo, sendo para tal desenvolvida uma campanha de comunicação que passa por utilizar a imagem de cada jovem proponente finalista na decoração de espaços públicos, viaturas municipais e divulgações digitais.

Esta simples medida reveste-se de enorme impacto e efeito multiplicador benéfico para o processo OPJ.

Assembleia Municipal Jovem

Funchal

As crianças e os jovens devem ser reconhecidos como atores sociais, com direito à participação. O reconhecimento deste direito, consagrado na Convenção dos Direitos da Criança, e a sua efetiva implementação é determinante quer para potenciar o desenvolvimento pessoal das crianças e jovens, quer como ferramenta fundamental para a sua proteção, uma vez que não só lhes proporciona informação adequada como as incentiva a expressar as situações que as incomodam.

Desta forma, promover projetos que fomentem a participação dos jovens contribui para o desenvolvimento destes e, conseqüentemente, para o desenvolvimento das cidades, das sociedades e para a potenciação da participação cidadã.

Dirigido a alunos de 3o ciclo, a Assembleia Municipal Jovem visa despertar a cidadania participativa dos jovens.

Os temas apresentados têm como objetivo estimular o pensamento crítico, desafiando-os a elaborar propostas que resolvam problemas relacionados com a sua vivência da cidade.

Prática
finalista

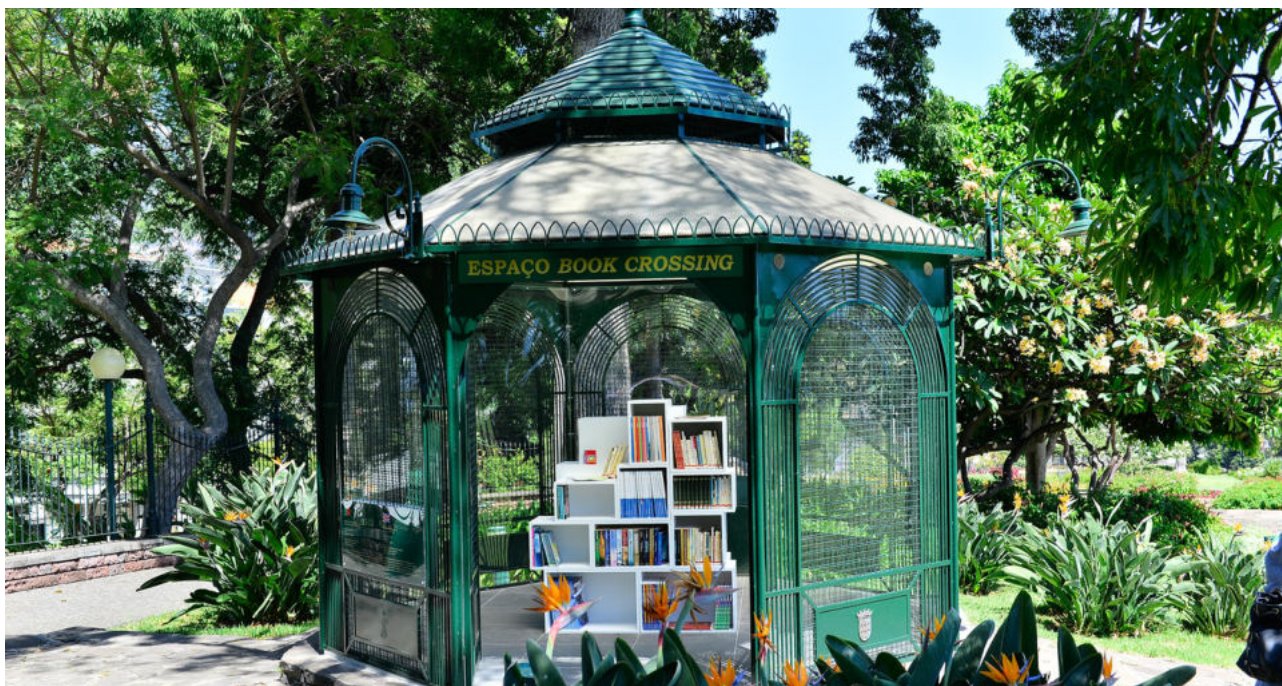


Num primeiro momento, os jovens realizam atividades lúdicas para consolidar o seu conhecimento sobre o funcionamento dos órgãos do poder local. Em seguida, os jovens, organizados em bancadas escolares, desenvolverão as suas propostas, em articulação com os serviços municipais para aferirem a exequibilidade e enquadramento das mesmas. Posteriormente, será realizada uma assembleia, com a presença do Executivo Municipal, na qual serão debatidas as propostas devidamente fundamentadas e orçamentadas.

Antes da votação por parte das diferentes bancadas, o Executivo Municipal validará as propostas que seguirão para votação tendo em conta o interesse e viabilidade do projeto, até ao valor disponível (10.000€).

A votação final para seleção da proposta vencedora é feita pelas bancadas escolares, sendo que cada membro tem direito a voto. A proposta vencedora é executada pelo Município e acompanhada pela bancada vencedora.

Com a implementação deste projeto, o concelho do Funchal passou a dispôr de um posto de leitura e bookcrossing no Parque de Santa Catarina, oferecer a prática da modalidade de BOCIA num dos ginásios municipais e viu requalificado o seu canil/gatil. E, acima de tudo, passou a contar com jovens mais participativos e conscientes dos valores da tolerância, do respeito pelo outro, da responsabilidade crítica e da democracia.



Orçamento Participativo

Agualva e Mira Sintra

O Orçamento Participativo de Agualva e Mira Sintra encontra-se, em 2020, na sua 6ª edição. Desde 2015 que os cidadãos residentes nesta freguesia têm a possibilidade de fazer ouvir a sua voz e contribuir, com as suas ideias, para a implementação de projetos materiais ou imateriais que valorizem o seu dia-a-dia enquanto fregueses.

O processo, que se inicia com a apresentação de propostas, passa pela análise técnica devida, tendo por base as regras descritas no Regulamento do Orçamento Participativo.

Após análise das mesmas, é divulgada uma lista provisória e aberto um período de reclamações para que qualquer cidadão possa reclamar da mesma (por exemplo, caso a sua proposta tenha sido excluída).

Segue-se a análise das reclamações e a divulgação da lista final de projetos. Proseguimos com a fase mais importante, a votação presencial por parte da população residente em Agualva e Mira Sintra.

Esta votação é feita em urna transparente, nos serviços de atendimento da Junta de Freguesia em Agualva ou Mira Sintra.



Damos a possibilidade de colocar uma urna itinerante em diversos locais da freguesia, a pedido dos cidadãos (por exemplo, escolas ou associações).

Esta urna é também colocada à disposição da população em iniciativas públicas/eventos promovidas pela autarquia. Cada votante deverá votar em três projetos, tanto na vertente Geral como na Juventude.

Caso as propostas sejam em número inferior a cinco, os cidadãos votam apenas em um projeto. Desta fase sairão os vencedores e a execução dos projetos vencedoras nas vertentes Geral e Juventude.

Este é, sem dúvida, o instrumento democrático por excelência, proporcionando e impulsionando a participação cívica a que todos os cidadãos devem ter acesso.

As decisões sobre parte do orçamento da autarquia também podem ser tomadas pelos cidadãos e é por essa razão que continuamos e continuaremos a dar voz a concretizar projetos importantes para Agualva e Mira Sintra.



Pequenos Grandes Políticos

Braga

O Município de Braga, considerando que tem na participação e envolvimento dos seus munícipes um eixo de atuação essencial para uma democracia verdadeiramente participativa, promove anualmente, entre outras, a iniciativa "Parlamento Concelho – Pequenos Grandes Políticos".

Esta é uma atividade entre as várias na área da Cidadania e Participação, sendo neste caso uma iniciativa especialmente dirigida aos jovens do 3o ciclo das escolas do concelho, e visa recolher propostas criativas, originais e inovadoras, que sejam simultaneamente um reflexo das preocupações dos jovens munícipes, promovendo assim mais um meio de participação e auscultação, deste feita junto dos munícipes mais jovens.

Além da promoção de uma educação para uma cidadania ativa e participativa, pretende-se com a elaboração destas propostas a criação de um momento formativo e enriquecedor pois implica a pesquisa, fundamentação e discussão das ideias, dos seus conteúdos, formas de implementação, entre outros aspetos, apelando assim à criatividade, espírito crítico, partilha e aprendizagem entre pares.



Pretende-se que cada grupo de jovens alunos elabore, apresente e debata com os restantes grupos representantes de outras escolas do concelho, uma proposta no âmbito do urbanismo, património, ambiente, saúde, educação, ação social, desporto, juventude, entre outros temas que entendam adequados e importantes para a cidade de Braga.

Este debate é realizado numa sessão que pretende ser uma replica da Assembleia Municipal, presidido pela própria Presidente da Assembleia Municipal, e onde estão presentes o Presidente e Vereadores do Município, promovendo assim também por outro lado, o conhecimento e aproximação aos órgãos de governo da sua cidade.

No final da sessão, e após apresentação, perguntas e exercício do contraditório, os jovens "deputados" votam a "melhor" proposta, sendo esta eleita a proposta vencedora, sendo passível de execução por parte do município.

O grupo vencedor irá posteriormente visitar a Câmara Municipal, onde reunirá com o Presidente e Vereadores, e poderão conhecer de perto a realidade do trabalho diário do Município.





Projeto Mercearia Solidária + Massamá e Monte Abraão

O projeto "Mercearia Solidária" tem como objetivo primordial a implementação de uma Mercearia Solidária para servir a população carenciada residente na União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão. Passou pela requalificação de um espaço subaproveitado (2019), de forma a criar um polo alimentar, permitindo a expansão e melhoramento de um projeto anterior que está em curso desde 2008 (Mercearia Solidária).

No cerne da Mercearia Solidária + está a economia circular, uma vez que os bens alimentares doados ao projeto são excedentes das instituições/empresas parceiras nas áreas da restauração, supermercados, minimercados, restaurantes e Regimento de Artilharia Antiaérea I de Queluz (bens alimentares que de outra forma iriam para o lixo). Assim, o combate ao desperdício alimentar alia-se à solidariedade, permitindo proporcionar esta resposta de carácter urgente.

Anualmente desenvolvemos no mínimo duas Campanhas de Recolha de Alimentos, sendo que para além deste tipo de atividade, o projeto Mercearia Solidária + conta também com as doações alimentares esporádicas de instituições parceiras da Rede Social e cidadãos (a título individual).

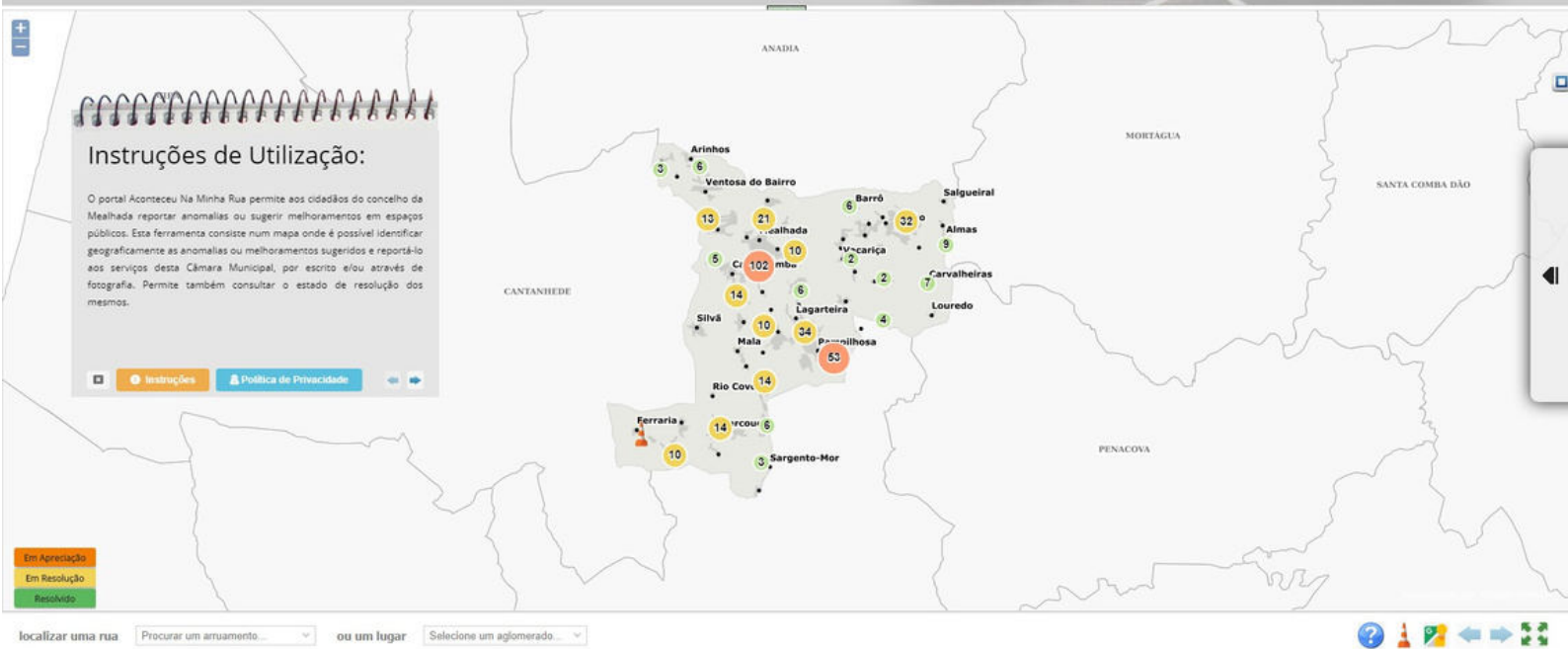
Sendo este projeto de cariz social, pensado para os agregados familiares com dificuldades económicas, contribui para a sensibilização de uma alimentação saudável e sustentável, especialmente para os utilizadores da Mercearia Solidária + (criação de um guia de receitas: "da mercearia para o prato"), envolvendo também a comunidade assim como o número de voluntários participantes.

A nível de dados concretos, de 2014 até janeiro de 2020 este projeto permitiu apoiar e servir a população carenciada da freguesia através de 8772 refeições, numa média anual de cerca de 4386 utentes por ano.



Após a criação/reformulação do Projeto "Mercearia Solidária +" (inaugurada a 7/11/2019), a média mensal de desperdício alimentar evitado (em prol das famílias socialmente acompanhadas) tem rondado os 2000-2600 kg.

Em resumo, a Mercearia Solidária + continua, diariamente, a fazer uma sensibilização e envolvimento da comunidade de Massamá e Monte Abraão numa ótica de partilha e responsabilidade social, fomentando uma cultura de economia circular, reduzindo o desperdício alimentar e aliviando o cenário por vezes dramático de pobreza que continua a afetar as famílias.



Aconteceu na minha rua

Mealhada

O Portal SIG – Aconteceu Na Minha Rua é um projeto de participação cívica, que permite o envolvimento ativo dos cidadãos na gestão da sua rua ou bairro, utilizando a Internet e os Sistemas de Informação Geográfica para comunicar ocorrências ou sugerir melhorias, relativamente aos espaços públicos: iluminação pública, mobiliário urbano, espaços verdes, vias públicas, sinalização de trânsito, rede de esgotos, rede de águas pluviais, rede de abastecimento de água, contentores de lixo, ecopontos, entre outros.

O principal objetivo foi criar uma ferramenta que permitisse a cada cidadão reportar geograficamente os problemas ou anomalias relacionados com os espaços públicos, possibilitando uma intervenção mais célere por parte do município na resolução dos mesmos.

As mais recentes plataformas WebSIG têm facilitado o acesso à Informação Geográfica ao comum cidadão, pelo que se elegeram como um instrumento fundamental para o desenvolvimento deste projeto, pois permite disponibilizar informações atualizadas sobre o território municipal.

O desenvolvimento do projeto envolveu uma fase de programação para a conceção do interface WebSIG que permite ao cidadão aceder e navegar num mapa, e posteriormente, identificar um problema ou anomalia, através de o preenchimento de um formulário.

Os serviços por sua vez dispõem de um backoffice onde podem consultar e alterar toda a informação relativa às anomalias reportadas. O número de ocorrências recebidas, entre os anos 2012 e 2020, corresponde a um total de 573.

Estas são registadas no sistema de gestão documental, encaminhadas para a Presidência, que posteriormente pede ao serviço competente para informar e remeter novamente à Presidência para despacho.

Este workflow permite um controlo do tratamento das ocorrências e reclamações, e dá garantias de que o munícipe recebe uma resposta.

Por fim, o assunto é reencaminhado ao serviço SIG para atualização da Plataforma Participativa, com o ponto de situação da ocorrência.

O Município com esta informação, que é de carácter público, pode fiscalizar a atividade da autarquia. Por sua vez, a autarquia ganha em qualidade, evitando situações de que as reclamações/ocorrências eram esquecidas e não eram tratadas em conformidade, conduzindo a conflitos entre eleitos e eleitores.





Festival das artes e da natureza

Mealhada

O Catrapim surgiu em 2017, numa parceria entre o Município de Mealhada e a Fundação Mata do Bussaco, com o objetivo de promover um Festival de Artes para Famílias, de carácter multidisciplinar, participativo, inclusivo, numa abordagem sistémica da "Cultura e Natureza", que promova a educação para os valores da sustentabilidade, da solidariedade, da cooperação e da co-responsabilização, de forma lúdica com recurso a diferentes artes performativas, de modo a qualificar públicos, indo assim ao encontro ODS 2030.

Distingue-se de outros projetos similares pelo local que decorre - Mata Nacional do Bussaco - área protegida, com 105ha, plantada pela Ordem dos Carmelitas Descalços no início do séc. XVII, com mais de 250 espécies de árvores e arbustos e 50 de animais, candidata a Património Mundial da UNESCO.

Os espetáculos, com fortes mensagens ambientais, são construídos envolvendo a sociedade civil, levando ao trabalho das representações sociais e da mudança comportamental. Os jogos são criados com produtos da Mata, numa lógica de economia circular. O Catrapim tem a duração de 2 dias, envolvendo 40 artistas, 70 espetáculos, 10 palcos, 100 voluntários e cerca de 30000 visitantes.

Cada criança tem um passaporte ambiental que tem de ser carimbado pelo 'staff', de modo a promover a livre circulação entre os palcos. Para obter o carimbo, terão de saber separar o lixo, apresentar sugestões para a Mata e Vila do Luso, praticar uma boa acção em prol do ambiente e responder a questões ambientais (proteger a floresta, poupar água, alimentação).

O projecto já obteve vários reconhecimentos públicos: a Fundação Jumbo para a Juventude reconheceu-o como ideia original (2016); a Fundação Luso atribuiu o "Prémio Empreendedorismo 2018"; a Universidade do Minho o Prémio Município de Ano 2018 – Região Centro; Banco Santander atribuiu prémio "Quem Faz Bem - Donativo Participativo 2019".



Votação Pública Presencial

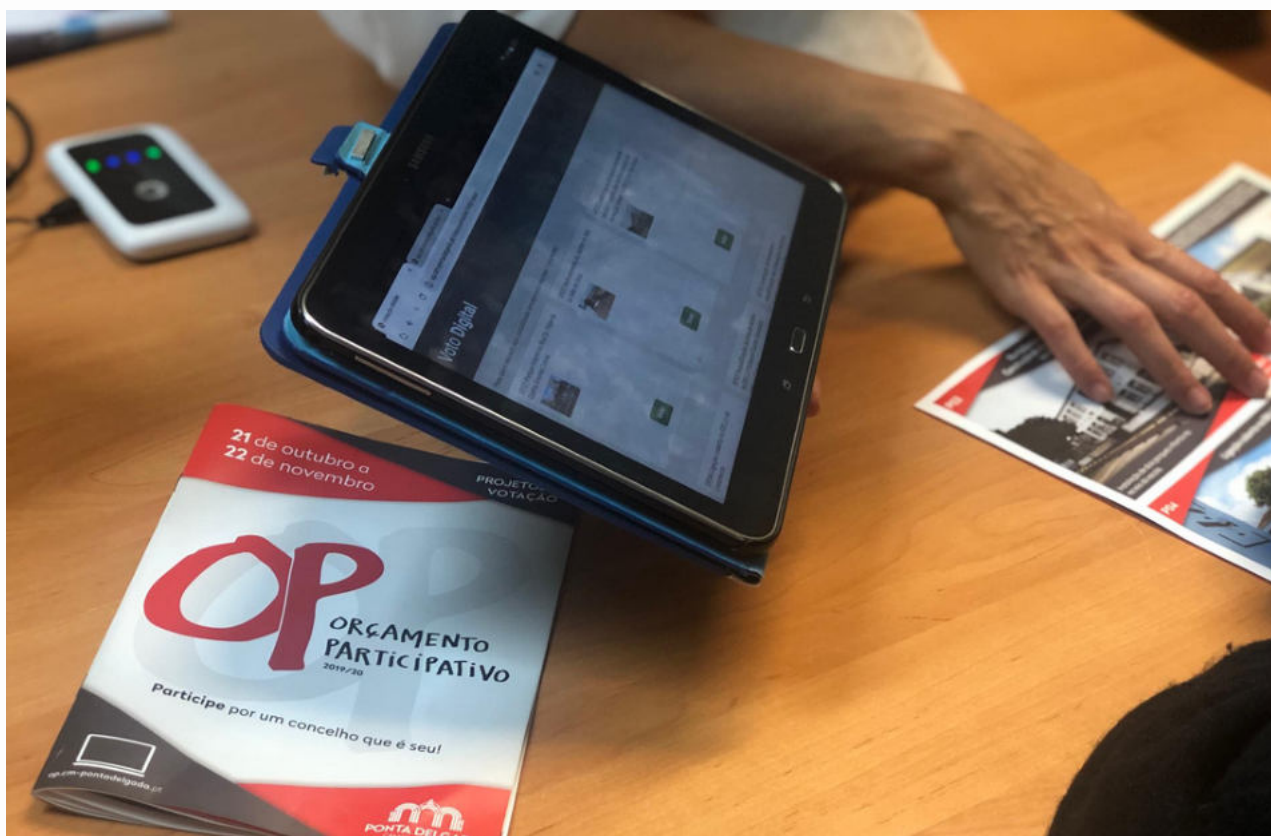
Ponta Delgada

O Orçamento Participativo de Ponta Delgada, foi o primeiro de carácter deliberativo da Região Autónoma dos Açores desde 2014, e tem vindo a apostar na prática do voto presencial desde então.

Para o desenvolvimento desta prática, são efetuados inicialmente, contactos com as 24 juntas de freguesia do concelho de Ponta Delgada e agendadas as datas e horários da votação presencial.

Em seguida, é criado um calendário com todos os agendamentos que a viatura itinerante e a equipa do Orçamento Participativo de Ponta Delgada realiza.

Seguidamente, é criado, pela equipa de Coordenação Técnica do Orçamento Participativo de Ponta Delgada, um folheto informativo com o calendário criado anteriormente, que é distribuído por diversas forças vivas do concelho, estabelecimentos comerciais e paróquias, por forma a que esta informação chegue o mais rapidamente possível a todos os munícipes.



Na semana anterior ao início da votação presencial, o calendário com os agendamentos é publicado na página da internet do Orçamento Participativo e da Câmara Municipal, nas redes sociais e comunicação social (rádio, jornal e revista), são criadas as equipas que irão em cada dia realizar as visitas às freguesias para a recolha dos votos e preparado todo o material necessário para que esta recolha de votos aconteça, precavendo eventuais constrangimentos como falhas de eletricidade, internet ou equipamentos de votação.

Para dar cumprimento ao calendário definido de votação presencial, saem na carrinha itinerante com destino às freguesias, dois elementos da equipa de Coordenação Técnica do Orçamento Participativo. Em cada freguesia, esta equipa permanece no local definido durante pelo menos duas horas, recolhendo votos, esclarecendo dúvidas à população e resolvendo possíveis problemas que possam ter surgido anteriormente à deslocação à freguesia.

Esta prática, para o Orçamento Participativo de Ponta Delgada, foi a primeira prática óbvia para o desenvolvimento da democracia participativa, daí que se tenha mantido desde a primeira edição. Esta opção foi adotada para permitir um contacto de proximidade com os munícipes e assim, melhor difundir o nosso projeto.



Envolvimento cidadão no Parque das Serras do Porto

Valongo

O Parque das Serras do Porto assume uma posição metropolitana estratégica, pelos seus valores naturais e culturais, pelos serviços ecossistémicos que assegura e pela proximidade face a núcleos urbanos e circuitos turísticos.

Constitui um interessante caso de estudo no que respeita à gestão integrada do território, dado que procura concertar expectativas e promover a interação harmoniosa entre o ser humano e a natureza, com o estreito envolvimento da comunidade local.

Além de representar um ativo para toda a região, veio promover um dinamismo que impacta positivamente e que está já enraizado, pelo que os seus benefícios deverão perpetuar-se no tempo.

A abordagem à escala do Parque é vantajosa para as temáticas abordadas: há uma história geológica que unifica as serras, a gestão florestal e a prevenção de incêndios é necessariamente trabalhada regionalmente, as espécies animais e vegetais não conhecem limites administrativos e a presença do Homem ao longo dos tempos ganha mais sentido quando estudada num contexto mais alargado.



O processo de elaboração do Plano de Gestão é representativo do caminho que se está a trilhar e que procura que as Serras do Porto sejam encaradas como uma mais-valia para todos os envolvidos.

A participação ativa dos cidadãos em torno do Parque das Serras do Porto, quer na dimensão do planeamento e gestão quer na dimensão da intervenção concreta no terreno para efeitos de conservação, permite contactar com outras formas de olhar o território, alargar o campo de reflexão e fomentar um debate verdadeiramente colaborativo sobre os temas afigurados como mais prementes, o que enriquece sem dúvida as equipas políticas e técnicas envolvidas e lhe confere um cariz realmente integrador.

Destaca-se, especialmente, o papel mobilizador junto dos jovens e da comunidade. De facto, o Parque das Serras do Porto é um exemplo invulgar de envolvimento cívico na construção de um ativo regional, visível no dinamismo escolar, na proatividade do tecido associativo e no compromisso assumido para com o projeto por parte de entidades com competências diversas.

Esta dinâmica congregadora é aplicada nas diferentes áreas de atuação no território, constituindo uma metodologia que se considera que deverá ser replicada noutros projetos.





Rede de Autarquias Participativas

www.portugalparticipa.pt
fb.com/portugalparticipa

Secretaria Técnica

Oficina
rap@oficina.org.pt
www.oficina.org.pt/rap.html